

Paradoxos do Desejo Multipolar Europeu

TERESA BOTELHO

Universidade Nova de Lisboa

O debate europeu sobre o futuro da sua política externa e de defesa encontra-se de momento concentrado na resolução de dois paradoxos essenciais, um estratégico e o outro operativo, para os quais não parece haver soluções fáceis ou consensuais. No que diz respeito ao primeiro, parece ser indispensável resolver a contradição essencial entre o seu desejo de afirmação enquanto um dos actores mais influentes na arena internacional, resumido por Romano Prodi como o projecto de criação de «uma superpotência no continente europeu que se possa igualar aos Estados Unidos», e a sua relutância em assumir as responsabilidades e os instrumentos de poder necessários ao exercício efectivo dessa influência.

Duas resposta igualmente insatisfatórias têm vindo a emergir no debate recente sobre as linhas de orientação estratégica para uma política externa europeia. Alguns sectores da *intelligentsia* e alguns governos parecem ter adoptado implicitamente o diagnóstico de Kagan de que a Europa renunciou, voluntária e definitivamente, ao exercício do *hard power*, limitando assim a sua capacidade de influência ao projectar para o resto do mundo dos valores consolidados nos últimos 50 anos na construção de uma área de segurança e prosperidade europeia; sectores da opinião europeia confiam assim que a sua percepção de que o diálogo e o desenvolvimento são mais efectivos do que o poder militar para garantir a segurança internacional, seja também aplicável noutros cenários, e têm vindo a defender uma política que evita o estatuto e as obrigações inerentes às grandes potências, já que estas, por natureza têm de confrontar crises em que a diplomacia só se torna efectiva quando acompanhada pela credível ameaça do uso da força.

Tal postura, na mais optimista das hipóteses, conduziria a uma divisão de trabalho internacional que deixaria aos Estados Unidos da América a responsabilidade da resolução dos grandes problemas de segurança globais e à Europa o dever de garantir a tranquilidade dentro das suas próprias fronteiras e de se ocupar da agenda *soft*, isto é, das questões globais que melhor se podem resolver pela persuasão e diplomacia. Noutras palavras a luta contra a proliferação de armas de destruição maciça recairia na esfera de responsabilidade dos Estados Unidos e o combate à proliferação de transgénicos seria assumida pela Europa.

Na pior das hipóteses, esta inapetência pela contemplação de soluções que impliquem o uso da força deixaria a Europa na eminência de reproduzir o dramático e humilhante espectáculo de indecisão e incapacidade de que deu mostras nos anos 90, quando necessitou de novo do impulso dos Estados Unidos para fazer face ao maior desafio à segurança dentro das suas fronteiras desde a II Guerra Mundial, durante as crises na Bósnia e no Kosovo.

Outras estratégias de resolução deste paradoxo têm a ver com a leitura do sistema internacional como um quadro de unipolaridade pura e dura. Novamente se poderá dizer que a Europa tem dado demasiado crédito a Kagan e a outros pensadores neo-conservadores norte-americanos, tomando como verdade um certo triunfalismo que não é sustentado por apreciações mais ponderadas da situação. Se tivessem lido com mais atenção o que têm vindo a escrever analistas realistas menos dados a entusiasmos retóricos como Huntington ou Brzezinski (ou mesmo Kissinger), muitos analistas e políticos europeus teriam provavelmente concluído que as apreciações que fazem da «idade imperial» ou do «hiperpoder americano» requerem alguma revisão, nomeadamente no que diz respeito às diferenças entre as capacidades militares de projecção de força e as capacidades políticas para o fazer. Como os últimos meses têm vindo a provar, há uma enorme distância entre poder fazer (atacar o Iraque por exemplo), e ter condições políticas para fazer. Se os Estados Unidos fossem a hiperpotência imperial unilateralista que alguns europeus acreditam que é, a invasão do Iraque já se tinha dado, o Conselho de Segurança não faria já parte da equação e os aliados políticos hesitantes teriam sido dispensados.

Não reconhecer que a presente conjuntura é, nas palavras de Huntington, um misto de uni/multipolaridade, em que a única superpotência precisa de aliados e em que a sua preponderância é autolimitada por condicionalismos internos e externos, implica, para a Europa, uma redução das escolhas estratégicas a duas opções redutoras: neste mundo imaginado em que uma hiperpotência seria absolutamente autónoma e todo poderosa, à Europa só restaria ou a aquiescência ou o desafio sistemáticos.

Qualquer destas duas posições ignora o facto de que o sistema internacional não é hoje tão unipolar como muitos o crêem ser, nem tão estabilizado. Um momento unipolar não tem as características de arquitectura inflexível como teve, durante meio século, o sistema bipolar. Há espaços de afirmação e de negociação para grandes e futuras grandes potências regionais. Limitar a afirmação europeia a uma atitude de desafio sistemático aos Estados Unidos ignora a comunidade de interesses que nos une, e que continuarão vivos e prementes muito depois das presentes lideranças norte-americana e europeias terem desaparecido da equação. O que pode ser um bálsamo temporário para alguns orgulhos feridos, pode traduzir-se a curto prazo numa crise séria de que os europeus nada beneficiariam, como também nada ganhariam com o apagar artificial de diferenças entre aliados, receita tradicional para o alimentar de ressentimentos e de deslealdade mútuas.

Se o primeiro paradoxo se pode desdobrar nas duas questões enunciadas – será possível exercer uma influência decisiva na segurança global e continuar a renunciar aos mecanismos de projecção de força e haverá espaço estratégico para uma política externa e de defesa europeia independente que reconheça a comunidade de interesses com os aliados transatlânticos – o segundo paradoxo implica problemas não menos complexos.

O problema operativo da União Europeia é, numa primeira fase, como se sabe, económico – uma política externa sem política de defesa raramente passa do nível das declarações de intenção, e uma política de defesa sem recursos financeiros adicionais não tem credibilidade. No entanto, apesar de obstáculos óbvios que têm a ver com a indisponibilidade dos eleitorados europeus para fazerem os sacrifícios ao modelo social europeu que uma diferente alocação de recursos nacionais implicaria, o problema operacional mais intransponível é o da relutância de muitos países europeus em abdicarem da sua política externa independente.

Colocar o problema em termos da crescente diversidade de opiniões europeias é falsear os dados da questão – essa diversidade é inevitável e mesmo salutar.

O problema reside sim no facto de, dentro da União, alguns países terem uma longa história de política externa unilateral de que não estão dispostos a abdicar, e zonas de influência específica que lhes são naturais e a que não estarão dispostos a renunciar. A Grã-Bretanha com o seu *Commonwealth*, e a França, com a sua política para a África francófona, são disso claros exemplos.